

Entrevista com a Profa. Dra. Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho – Visões do campo escolar brasileiro sobre o racismo no esporte/futebol e ações antirracistas

Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho ¹

Cristiano Mezzaroba ²

Resumo:

Entrevista realizada com a Profa. Dra. Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho, por Cristiano Mezzaroba (UFS/INCT-CNPq), em outubro de 2024, para compor a seção temática Educação antirracista e futebol.

Palavras-chave:

Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho. Racismo. Esporte. Futebol. Educação antirracista.

Interview with Profa. Dra. Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho – Visions of the brazilian school field on racism in sport/football and anti-racist actions

Abstract: Interview conducted with Profa. Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho, by Cristiano Mezzaroba (UFS/INCT-CNPq), in October 2024, to compose the thematic section *Anti-racist Education and Football*.

Keywords: Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho. Racism. Sport. Football. Anti-racist education.

Entrevista con la Profa. Dra. Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho – Visiones del ámbito escolar brasileño sobre el racismo en el deporte/fútbol y acciones antirracistas

Resumen: Entrevista realizada con la Profa. Dra. Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho, por Cristiano Mezzaroba (UFS/INCT-CNPq), en octubre de 2024, para componer la sección temática Educación antirracista y fútbol.

¹ Doutora em Educação (UFBA), Professora no Colégio de Aplicação (CODAP/UFBA). E-mail: mariliamenezes@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9639-6692>

² Doutor em Educação (UFSC), Professor da Universidade Federal de Sergipe e Bolsista PDE/CNPq, Coordenador da Linha Mídias, Torcidas e Movimentos antirracistas no futebol (INCT/CNPq). E-mail: cristiano_mezzaroba@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4214-0629>

Palavras chave: Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho. Racism. Sport. Football. Anti-racist education.

1 Entrevista

Mulher negra, mãe e professora. Possui Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe – UFS (2007), Especialização em Educação Física para a Educação Básica – UFS (2008), Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo – USP (2012) e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2023). Realizou estágio de Doutorado Sanduíche na *Université de Strasbourg* – França, sob a supervisão do professor Dr. David Le Breton, com financiamento de recursos PRINT/CAPES (2021) (processo nº. 88887.569098/2020-00). É professora de Educação Física no Colégio de Aplicação/UFS, onde atua com a Educação Básica e a formação docente. Coordena o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Básica e integra a equipe docente do Projeto de Ensino Bilíngue – francês no CODAP/UFS. Atua como docente no Programa de Residência Multiprofissional em Área Profissional da Saúde da Universidade Federal de Sergipe, na Área de Concentração em Saúde Mental e no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI/UFS). É membro dos grupos de pesquisa HCEL – História da Cultura Corporal, Educação, Esporte, Lazer e Sociedade (UFBA/CNPq) e GPEA – Grupo de Pesquisa em Práticas Educativas e Aprendizagens na Educação Básica (UFS/CNPq). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente com os seguintes temas: Escola, Corpo e Cultura, Educação Física, Componente Curricular, Currículo e formação docente.

Figura 1 – Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho



Fonte: Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho (2024)

Cristiano Mezzaroba (CM): Inicialmente gostaríamos de pedir que você, de forma abrangente, apresente e contextualize a sua trajetória acadêmica e profissional e, ao fazer isso, procure mobilizar quanto a uma possível aproximação na relação com o futebol/esporte e o racismo, e, atualmente, em relação à tua atuação (estudos, pesquisas, ações) quanto a uma educação antirracista.

Marília Carvalho (MC): Sou Licenciada em Educação Física desde 2007. Naquela época, a questão do racismo não era pautada na formação profissional. Mas como filha de um “homem preto, nascido no interior”, esse conteúdo me atravessou a vida, ora com dores, ora com alertas, ora com um sinal de orgulho, que eu não racionalizava bem. Mulher de pele parda, clara, puxada à mãe branca, e cabelos crespos e fenótipos negros, puxados ao pai, só me entendi negra na vida adulta.

Mas o mergulho nas questões sociais nas quais se ancora a cultura corporal foi me possibilitando entender a origem de dores que me atravessavam e me faziam sensível às diversas violências assistidas no dia a dia das salas de aula, na rotina de negações de direitos vividos pelo povo preto nas escolas públicas deste país. Adentrei como professora da Rede Pública Municipal de Aracaju em abril de 2008. E lá, meu choque de realidade se tornou mais intenso. Se desde a graduação eu já buscava o sentido pedagógico da Educação Física, diante daquelas crianças de 7 anos, meninas e meninos pretos e pardos, vivendo as mais variadas violências e falta de perspectivas, eu não conseguia, eu não poderia situar minha prática em desenvolvimento motor. Era preciso muito mais que isso. As inquietações naquele contexto me mobilizaram a fortalecer referências para uma prática pedagógica com a cultura corporal, de modo a fazer sentido e potencializar o papel da escola pública brasileira. Considerando aquele público específico, aquela falta de quase tudo, percebi que eu precisava buscar mais.

Dediquei-me ao estudo da pedagogia multicultural crítica, a partir das produções dos professores Marcos Neira e Mário Nunes. Nesse processo, adentrei como professora substituta no Colégio de Aplicação da Universidade federal de Sergipe e percebi outras questões, também referentes a marcadores sociais, que atravessavam a experiência das estudantes e condicionava hierarquias, práticas de silenciamento e negação de direitos. Engajei-me em experimentar um currículo atento a essas questões, redimensionar as práticas, passando a interagir com corpos sujeitos, mobilizando a relação com a cultura, com a vida, entre os/as adolescentes. Me surpreendi a cada projeto/unidade temática desenvolvida. Me surpreendi em como as práticas faziam sentido e ganhavam adesão das/os estudantes.

No desejo de dar sequência à minha formação, busquei fazer o mestrado em Educação na Universidade de São Paulo (2009-2012), onde estava vinculado o Professor Marcos Neira, com o Grupo de Pesquisa em Educação Física Escolar (CNPq). Em 2010, mudei-me para São Paulo, e pude fortalecer meus estudos para o fortalecimento de uma pedagogia cultural da Educação Física.

Como nordestina, morando em São Paulo, conheci outras formas do preconceito, como também aguicei, com aporte das discussões trilhadas sobre as diferenças e as maquinarias que alicerçam o poder, a minha capacidade de perceber, reagir e agir diante dele.

Ainda em 2010, passei para a vaga de professora efetiva do Codap/UFS e retornei para Aracaju, dando sequência à pesquisa de mestrado, numa pesquisa delineada em “(inter)ação” com uma professora pedagoga, na educação infantil, na Rede Pública Municipal. A pesquisa tinha como foco as ações didáticas com a tematização da cultura corporal numa perspectiva multicultural crítica, ou intercultural. Além das ações junto à escola e às crianças, o trabalho

envolveu uma ação de formação com a professora, que finalizou o processo afirmando “não sou mais a mesma pessoa”.

Essa frase me levou à compreensão de que tratar pedagogicamente de temas que envolvem as diferenças e propõem uma experiência afirmativa das minorias sociais requer muito mais do que técnica e informação. Requer um reposicionamento de nossas subjetividades, das compreensões e concepções construídas ao longo de nossas histórias de vida sobre o “outro”, considerando as características de nosso país.

Assim, na oportunidade de dar sequência aos estudos por meio do doutorado, busquei discutir e fortalecer argumentos nessa perspectiva, passando a debater uma formação docente sensível às diferenças. Encontrei “lugar” para isso nos estudos do corpo, a partir da Sociologia e Antropologia do corpo, especialmente junto ao Grupo de Pesquisa História da Cultura Corporal, Esporte e Lazer (HCEL/CNPq), sob a orientação da Professora Maria Cecília de Paula Silva, no Doutorado em Educação da UFBA (2019-2023).

Ainda nesse processo, tive a oportunidade de realizar o estágio sanduíche, na *Université de Strasbourg* (França), sob a orientação do sociólogo David Le Breton, com quem pude aperfeiçoar minhas questões investigativas e argumentos de tese no sentido de defender e propor caminhos para uma formação profissional sensível às diferenças na Educação Física. Nessa perspectiva, o argumento e indicações para uma educação/formação que privilegie um conhecimento com o corpo, considerando a construção social das identidades e uma perspectiva decolonial.

Ao longo de todo o processo de formação profissional, que entendo em curso, o espaço da escola, do ensino da Educação Física, especialmente no contexto de um Colégio de Aplicação, sempre foi muito importante. Porque ali foi e é um laboratório de experiência para experimentar práticas outras, que me distanciam de uma docência instrumental, tecnicistas e puramente recreativa, e me colocam no compromisso de atuar pela formação humana.

Desde 2019, juntamente com outros colegas de diferentes componentes curriculares, componho uma comissão de trabalho para o fortalecimento de práticas antirracistas no Codap/UFS, e viemos ao longo dos anos ampliando as ações, junto à comunidade escolar.

Tenho desenvolvido projetos de pesquisa que atuam no sentido de criar bases teórico-metodológicas para a formação de professores sensíveis às diferenças, em que a temática do racismo e da pedagogia antirracista é um dos centros de debate. Nesse sentido, conduzo, junto a um colega professor da graduação, um grupo de estudos, denominado “Laboratório de Experiências Interculturais: docência e sensibilidade às diferenças”, em que participam estudantes de ensino médio e de graduação (Educação Física e Pedagogia).

Para além disso, e não menos importante, estou atenta às diferentes expressões do racismo no contexto escolar, nas relações entre as/os estudantes, na relação estabelecida entre eles e professores e nas práticas escolares, considerando o racismo estrutural ao qual estamos submetidos.

A temática do racismo está em minhas aulas, na minha pele, no meu cabelo, nos meus estudos, nas minhas mediações de conflito na escola e na sala de aula, nas proposições de temas transversais, de modo direto e com suas interseccionalidades.

CM: Como você observa o momento contemporâneo, tanto no Brasil, como no mundo, em relação ao racismo?

MC: Considero um momento complexo e importante. Se por um lado estamos avançando em pautar o racismo nas instituições e nas rodas sociais, por outro, ainda estamos entrelaçados visceralmente a ele.

O perigo é não percebermos o quanto ele nos constitui, pelo simples fato de vivermos uma sociedade racista e marcada historicamente pelo racismo nas suas diferentes facetas e formas de subjugação e violência.

CM: Em relação ao futebol de modo específico, como você analisa as situações que envolvem o racismo?

MC: Identifico como uma nítida expressão da nossa cultura (racista), rompendo os limites de nossos corpos (para dentro e para fora), fazendo-nos perceber que futebol, e esporte nenhum, é só sobre regras e técnicas. Para além de atleta, permanecemos humanos... em movimento, em história, em cultura.

São exemplos de como não dá para tratarmos dos esportes na escola, apenas pelo viés da técnica, da tática e das regras. Uma ancoragem social crítica se faz necessária, para que possamos vislumbrar a virada cultural para relações mais justas.

CM: Você tem percebido a existência de alguma(s) ação(ões) antirracistas em relação ao futebol brasileiro e mundial? Em caso afirmativo, poderia comentar sobre tais ações, ou seja, como você analisa essas mobilizações antirracistas no futebol?

MC: Tenho acompanhado em alguma medida os casos que ganham a mídia e as ações que têm se desdobrado. Considero que tanto as ações institucionais, por parte de clubes e federações, como as ações civis, por meio de manifestações nos estádios e nas mídias sociais, bem como as ações individuais dos próprios atletas são importantes. Pois elas desestabilizam as rotinas de violências já naturalizadas, denunciam o que está “fora da ordem”, regulam, e impõem, ainda que de modo inicial, uma natureza outra de interação com os povos/grupos não brancos. São necessárias, ainda que possam parecer insuficientes. São importantes e sinalizam um caminho necessário a ser adotado mundialmente.

CM: Com o seu envolvimento no campo acadêmico-científico, enquanto pesquisadora, mas, principalmente, no contexto escolar, como você tem observado e analisado esses espaços educativos/formativos e suas posições diante das questões étnico-raciais?

MC: Observo que estamos avançando. É cada vez mais presente a temática em cursos específicos que tratam de formação para uma educação antirracista, como também no contexto da formação inicial. Neste último, percebo uma necessidade de avançar em termos de organização dos currículos, pois um educador antirracista não se faz apenas com a presença do tema de modo transversal às disciplinas do curso, mas requer um reposicionamento com e diante dos corpos não brancos, negros e negras, no contexto das licenciaturas. Isso se configuraria em termos de conteúdos, disciplinas e na própria interação e atividades formativas.

No contexto das escolas, também identifiquei avanços, especialmente nas escolas públicas. A rede pública tem tomado algumas iniciativas no sentido de fortalecer e criar espaços para a educação antirracista. Vejo isso na Rede Estadual de Sergipe, na Rede Municipal de Aracaju, onde vivo. Acompanho experiências no Instituto Federal de Sergipe e no Colégio de Aplicação, onde atuo.

Não é possível afirmar que estamos num nível satisfatório. Mas estamos caminhando. A política pública é fundamental para disparar e estimular as ações. Mas carece também de um investimento na formação docente.

CM: Como você analisa o papel do poder público e do Estado em relação à temática do racismo/antirracismo?

MC: É fundamental avançarmos para o fortalecimento do Estado antirracista, pois isso repercute diretamente nas instituições e conseqüentemente na desestabilização do racismo estrutural e na consolidação de relações efetivamente democráticas. É o poder público quem tem o papel de disparar políticas com potencial de afetar as relações, as subjetividades e as identidades. Isso não se aplica somente ao contexto da educação formal, mas a toda complexa teia de relações que envolvem as sociedades contemporâneas, nas expressões culturais, nas políticas para a saúde, o lazer e as mais diversas que impactam direta e indiretamente no bem-estar social.

CM: Você atua em escola pública e o seu cotidiano pedagógico certamente é permeado com acontecimentos que envolvem aspectos étnico-raciais. Comente sobre acontecimentos desse microcosmo - a escola, a sala de aula, a aula de Educação Física – em que é possível tanto a identificação de atos racistas quanto estratégias de ação diante dessa problemática.

MC: As expressões do racismo no contexto escolar são múltiplas, complexas. Muitas vezes reflexo direto do racismo estrutural, outras vezes uma atualização sofisticada de práticas de violência travestidas de “apenas uma forma particular de interação”.

Elas vão desde a organização curricular, quando são omitidas expressões que apresentam uma matriz não branca, às formas de estabelecer o processo de ensino, por vezes centradas em autores brancos, masculinos. Atravessam estratégias de avaliação, que privilegiam formas clássicas e elitistas de expressar a aprendizagem.

Para essas situações, tenho me engajado em organizar e praticar um currículo atento à diversidade étnico-cultural brasileira, buscando valorizar expressões, sujeitos e práticas que se ancoram numa matriz não branca e importante na constituição da região nordeste e de Sergipe, estado onde atuo. Tenho utilizado estratégias didáticas que valorizam o diálogo com as experiências dos estudantes, a valorização de sua cultura corporal e a ampliação da mesma, a partir de práticas interativas e ações que se pautam na coletividade e numa relação dialógica entre a localidade e a globalidade. Estou atenta às interseccionalidades e desenvolvendo os trabalhos com a cultura corporal viabilizando o olhar para as diferenças, questionando invisibilidades, silenciamentos e permitindo que grupos não hegemônicos possam se expressar. Isso desde uma situação de jogo, a uma atividade discursiva com participação de toda a turma. Outra estratégia importante tem sido o que chamo “diálogo intersubjetivo”. Promover o encontro dos estudantes com outras pessoas que representam grupos socialmente

minoritários no contexto das práticas corporais estudadas. Esse encontro, tem sido uma oportunidade de desestabilizar estereótipos e reconfigurar o imaginário sobre corpos negros, por exemplo.

Infelizmente, ainda assistimos manifestações diretas de “racismo recreativo”, por meio de apelidos como “neguinho”, “Mbappé”, ou de falas do tipo “só podia ser coisa de preto”, diante de alguma situação vexatória que algum estudante negro/a protagonize. Vemos também, ainda que pouco, situações em que o adjetivo “preto” é usado em discussões entre adolescentes como forma de diminuir o sujeito. Já acompanhei o drama de estudantes que receberam falas docentes como racistas, e se sentiram sem a possibilidade de reagir ou se posicionar, pela pouca idade, diante do adulto e pela autoridade profissional.

O racismo praticado por profissionais é mais “sutil”, se é que se pode usar esse adjetivo nessas ocasiões. Nem todas as pessoas e demais profissionais da escola conseguem identificar como racismo determinadas atitudes. Quando um profissional trata com indiferença, descaso, pouca preocupação com a aprendizagem e promoção escolar de estudantes da escola pública, majoritariamente corpos negros periféricos, e tem outro tipo de tratamento com estudantes de escolas particulares, não consigo entender como outra coisa, se não como racismo. É como se para aqueles sujeitos, não valesse a pena o mesmo esforço e eles não merecessem o afeto daquele/a profissional branco/a, formado/a e que se entende “elitizado/a”. Há, nas entrelinhas dessa dinâmica que envolve a relação professor/a-aluno/a, um entendimento de um tipo de sujeito digno e um não digno do conhecimento e de todas as oportunidades que a boa escolarização pode proporcionar.

Para esse tipo de manifestações de racismo, tenho me posicionado nas instâncias cabíveis, no contexto da minha unidade de atuação e sinalizando textualmente “esta é uma manifestação de racismo, de elitismo, de machismo etc.”. E tenho convocado colegas, nesses espaços, a racionalizarem a profundidade dessas ações e seu dano potencial ao jovem em formação. Tenho me posicionado cobrando medidas de reposicionamento dessas práticas, me colocando como voz e sujeito de uma educação antirracista em todas as circunstâncias que percebo a sua expressão.

CM: Comente, também, sobre como você tem observado a tematização e/ou o enfrentamento nas escolas de questões étnico-raciais, tanto em relação ao trabalho envolvendo os/as docentes, como também com as crianças, jovens e suas famílias.

MC: Percebo que, em termos gerais, as escolas começam a pautar o racismo e se engajar numa educação antirracista. Isso é bom, porque estamos dando presença ao tema na formação de crianças e adolescentes. Entretanto, ainda temos altos índices de violência escolar e casos de racismo nas escolas. O que sinaliza que ainda há um longo caminho a percorrer e avançar em práticas efetivas para mudanças de atitude.

Obviamente, ainda temos muitos entraves no desenvolvimento dessas práticas, e o principal deles é que somos forjados em meio a uma sociedade racista. E o volume do que a escola produz junto à comunidade escolar ainda é pouco, frente aos efeitos da nossa história e ao que a dinâmica social ainda produz.

Então, tornar-nos pessoas e docentes antirracistas, envolve uma jornada infinita de sensibilização para ampliar nossa percepção do racismo já instaurado e naturalizado na sociedade e produzir práticas escolares de enfrentamento, denúncia e valorização de referenciais étnico-raciais não brancos.

A principal estratégia para fortalecer práticas antirracistas na educação é a formação docente. É preciso revisar e atualizar os currículos da formação inicial e promover formação continuada, em serviço, com regularidade. Além disso, tenho sinalizado, por meio das minhas pesquisas, que não se trata mais de formações para informar sobre a existência das leis, ou da necessidade de engajamento com a causa. É preciso formações que afetem as percepções já instauradas ao longo de nossas histórias de vida enquanto brasileiras e brasileiros. É preciso promover um questionamento do racismo em nós, e abrir outras possibilidades de positivação de corpos, trajetórias, histórias, saberes, culturas e estéticas não brancas.

É importante, nesse processo, revisitar a história dos nossos corpos e de como o racismo nos atravessa como vítimas ou algozes, a depender de nossa fenotípia.

Uma formação que afete as sensibilidades para perceber e nos engajar contra qualquer prática de violência e opressão e a produzir uma interação outra com toda e qualquer cultura.

CM: Qual(is) referências teóricas foram lhe aproximando da temática sobre raça/etnia e lhe auxiliaram a pensar a respeito dessa temática que hoje é considerada imprescindível a qualquer área de formação?

MC: Eu entrei em contato com a temática a partir dos Estudos Culturais. O estudo das identidades e diferenças, da centralidade da cultura e dos questionamentos das hierarquias de poder me permitiram ampliar o olhar e o entendimento das hegemonias de poder e seus efeitos na dinâmica social.

A partir daí, outro referencial importante foi o da interculturalidade. Na sequência, os referenciais no âmbito da Sociologia do corpo e Antropologia dos sentidos, complementado pela Decolonialidade.

CM: E hoje, com a experiência que tens, tanto na condição de pesquisadora, como também de professora, quais obras sugeriria para quem quiser adentrar e se aprofundar na temática étnico-racial?

MC: De maneira direta, uma bibliografia bastante didática e atual “Como ser um educador antirracista: para familiares e professores”, de Bárbara Carine Soares Pinheiro.

CM: Gostaria de sugerir filmes, séries ou documentários que ajudam a ampliar o repertório de conhecimentos sobre o racismo?

MC: Necessariamente não indicaria um ou alguns em específico. Mas sugiro que possamos assistir diferentes produções com protagonistas não brancos, ou dirigidos, elaborados, criados, por pessoas não brancas.

Produções que mostrem outras formas de vida, de interação a partir de outras racionalidades não europeias. Produções que nos apresentem estéticas outras, ritmos outros, cores outras, valores outros, que não sejam a reprodução das perspectivas do colonizador branco.

Sugiro, ainda, produções que mostrem histórias de vida de pessoas não brancas, seus enfrentamentos e suas vitórias. E produções que denunciem o racismo e as formas de

enfrentamento também são igualmente importantes para desestabilizar nossa percepção e nos sensibilizar para uma presença antirracista no mundo.

CM: Deixamos este espaço para palavras finais sobre a temática do dossiê – Educação antirracista e futebol.

MC: Agradeço a sensibilidade do convite para esse diálogo com uma professora negra, atuante na Educação Básica, no menor estado do país, Sergipe. O olhar das periferias do Brasil, com a valorização dos seus saberes, *expertises* e experiências, é fundamental para pensarmos saídas efetivas nesse cenário contemporâneo.

Dada a complexidade da teia social e das expressões do racismo no futebol e no esporte, de um modo geral, a saída, ou o enfrentamento, não tem um caminho único. Vejo que temos trilhas diversas, que vão sendo abertas por sensibilidades que estão despertas em identificar e criar estratégias perante toda e qualquer forma de opressão.

Também parablenizo pela iniciativa da temática do dossiê. Dar visibilidade ao tema no cenário acadêmico, viabilizar a comunicação científica sobre o que estamos produzindo no âmbito da Educação Física para uma prática antirracista, se faz necessário e também fortalece o discurso para que a formação inicial e continuada também trilhe por essas vias.

Contribuições da autoria

Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho: Entrevistada.

Cristiano Mezzaroba: Elaboração das questões, revisão, formatação do texto.

Data de submissão: 21/10/2024

Data de aceite: 23/10/2024